



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . . . .	Ano 360\$
A 1.ª série . . . . .	" 140\$
A 2.ª série . . . . .	" 120\$
A 3.ª série . . . . .	" 120\$
Semestre . . . . .	200\$
" . . . . .	80\$
" . . . . .	70\$
" . . . . .	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

#### Portarias n.os 21 817 a 21 819:

Aprovam e mandam pôr em vigor para o ano de 1966 os orçamentos privativos das forças terrestres, navais e aéreas ultramarinas da província de Angola.

#### Portarias n.os 21 820 a 21 822:

Aprovam e mandam pôr em vigor para o ano de 1966 os orçamentos privativos das forças terrestres, navais e aéreas ultramarinas da província de Moçambique.

#### Portarias n.os 21 823 a 21 825:

Aprovam e mandam pôr em vigor para o ano de 1966 os orçamentos privativos das forças terrestres, navais e aéreas ultramarinas da província da Guiné.

### Ministério da Justiça:

#### Decreto-Lei n.º 46 840:

Autoriza o Ministério da Justiça a subsidiar pelo Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça, até ao limite de 40 000 000\$, a construção de edifícios prisionais ou de estabelecimentos jurisdicionais de menores.

### Ministério da Economia:

#### Despacho:

Fixa em \$50/kg a margem total de comercialização máxima de batata de consumo a dividir em partes iguais pelo comércio armazénista e pelo retalhista e a incluir sobre o preço de compra pelo armazénista à produção ou a importadores.

### Ministério das Comunicações:

#### Aviso:

Torna público terem sido introduzidas modificações nas tabelas das entidades oficiais autorizadas a expedir correspondência com isenção de porte.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

#### Portaria n.º 21 817

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1966, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças navais ultramarinas da província de Angola:

damente designados, o orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas da província de Angola:

#### Receita ordinária:

1) Contribuição da província, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959 . . . . .	180 000 000\$00
2) Comparticipação dos serviços autónomos, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 342, de 12 de Maio de 1962 . . . . .	60 000 000\$00
3) Comparticipação do imposto extraordinário para a defesa de Angola, de conformidade com as disposições do Decreto n.º 46 112, de 29 de Dezembro de 1964 . . . . .	167 500 000\$00
4) Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar . . . . .	26 000 000\$00
	<u>438 500 000\$00</u>

#### Despesa ordinária:

Total da despesa . . . . .	(a) 438 500 000\$00
----------------------------	---------------------

(a) Inclui 26 000 000\$ de consignação de receitas para o Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 21 de Janeiro de 1966. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no Boletim Oficial de Angola. — *J. da Silva Cunha*.

#### Portaria n.º 21 818

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1966, com os valores seguidamente designados, o orçamento privativo das forças navais ultramarinas da província de Angola:

#### Receita ordinária:

1) Contribuição da província, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959 . . . . .	30 000 000\$00
2) Comparticipação dos serviços autónomos, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 342, de 12 de Maio de 1962 . . . . .	7 786 100\$00
3) Comparticipação do imposto extraordinário para a defesa de Angola, de conformidade com as disposições do Decreto n.º 46 112, de 29 de Dezembro de 1964 . . . . .	21 213 900\$00
	<u>59 000 000\$00</u>

#### Despesa ordinária:

Total da despesa . . . . .	<u>59 000 000\$00</u>
----------------------------	-----------------------

Presidência do Conselho, 21 de Janeiro de 1966. — O Ministro da Defesa Nacional, *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser publicada no Boletim Oficial de Angola. — *J. da Silva Cunha*.